

Contribuinte n.º 502265094
Depósito legal n.º 45458/91
Registo ERC n.º 114410
Conselho de Administração
Presidente: Angelo Paupério
Vogais: António Lobo Xavier,
 Cláudia Azevedo, Cristina Soares,
 Luís Filipe Reis, Miguel Almeida,
 Pedro Nunes Pedro
E-mail: publico@publico.pt **Lisboa**
 Rua de Viriato, 13 - 1069-315 Lisboa.
 Telef.: 21011000 (PPCA); Fax: Dir.

Empresa 21011015; Dir. Editorial
 21011006; Agenda 21011007;
 Redacção 21011008; Publicidade
 21011013/21011014 **Porto** Praça
 do Coronel Pacheco, nº 2, 4050-453
 Porto, Telef.: 226151000 (PPCA) /
 226103214; Fax: Redacção 226151099 /
 226102213; Publicidade, Distribuição
 226151011 **Madeira** Telef.: 934250100;
 Fax: 707100049 **Proprietário**
 PÚBLICO, Comunicação Social SA.
 Sede: Lugar do Espido, Via Norte,

Maia, Capital Social €50.000.000.
 Detentor de mais de 10% do capital:
 Sonae Telecom, BV **Impressão**
 Unipress, Travessa de Anselmo
 Braancamp, 220, 4410-350 Arcoselo,
 Valadares; Telef.: 227537030;
 Imprejournal - Sociedade de
 Impressão, SA, Quinta Velha, Santo
 António do Tojal, Estrada Nacional
 nº 115 ao km 80, 2660-161 Loures;
 Telef.: 210129700 **Distribuição**
 Logista Portugal - Distribuição

de Publicações, SA, Lisboa; Telef.:
 219267800, Fax: 219267866; Porto:
 Telef.: 227169600/1; Fax: 227162123;
 Algarve; Telef.: 289363380, Fax:
 289363388; Coimbra; Telef.:
 239980350, Fax: 239983605.
Assinaturas 808200095
 Tiragem média total de Março
49.795 exemplares
Membro da APCT - Associação
Portuguesa do Controlo de
Tiragem

Bartoon

Luís Afonso

Colares a dançar



Miguel Esteves Cardoso
Ainda ontem

Os títulos enganam. Mesmo os do PÚBLICO. No PÚBLICO de anteontem era: “Sintra procura relançar o vinho de Colares”. É certo que admiro a Câmara de Sintra, por dela recolher, todos os dias, os doces benefícios.

Apoiou ontem, no maravilhosamente renascido Tivoli Palácio Seteais, “o primeiro almoço de Colares, que junta produtores e agentes do sector”. Na verdade, os vinhos de Colares não foram “relançados”: uma expressão de marketing que tanto insulta a teimosia e a lealdade artesanal da Adega Regional de Colares como a ousadia contra-corrente da Fundação Oriente. Isto sem falar nas Adegas Beira ou no espólio vinícola da Viúva Gomes.

Mas as graças vão todas ter à Adega Regional de Colares. O enólogo, Francisco Figueiredo, é um inteligentíssimo conservador e criador. Mas o director, José Vicente Paulo, é também o mais prodigioso dos viticultores. Entre alguns outros, todos bons, cheios de raivas de vaidades.

César Gomes é o enólogo da Fundação Oriente. Gosto pouco do Malvasia dele, como Malvasia de Colares. Tem álcool a mais e vento, sal, complexidade e elegância a menos. Mas é um bellissimo vinho branco: um Chardonnay atlântico. O tinto Ramisco vou provar este Inverno. Dizem que é muito bom.

Não é Sintra que relança. É Colares que produz. Produz pouco, mas aumenta, um bocadinho, a produção. Pela primeira vez há décadas reverte a tendência de ir morrendo. Não renasce. Não se limita a recusar-se a morrer. Cresce. É uma alegria sem fim.



Acusam-no quando ele é o primeiro a denunciar abertamente a pedofilia. É a política de culpar o mensageiro pela mensagem

Bento XVI, o mal-amado



Esther Mucznik

Como vê o pontificado de Bento XVI e a sua atitude face ao diálogo inter-religioso? Como avalia a resposta do Papa à crise da pedofilia? Como é vista a visita papal pelas confissões não católicas? Acha que a tolerância de ponto discrimina os não católicos? Estas são algumas das questões com que nós - os “outros” - somos diariamente “assediados” por diversos órgãos da comunicação social.

O caminho não tem sido fácil para Bento XVI depois do longo pontificado de João Paulo II, dado o contraste absoluto entre os dois estilos: João Paulo II era carismático, gostava das multidões, tinha o dom da palavra certa no momento certo. Bento XVI fala através da escrita, gosta do isolamento necessário à reflexão. João Paulo II foi um papa missionário, um homem da Guerra Fria e do combate contra o comunismo. Bento VI, alemão e ocidental, preocupa-se sobretudo com o esvaziamento religioso do Ocidente, com o relativismo e a perda de valores, com a “forma mais subtil de ditadura que obriga a pensar e a agir como todos os outros”. A meu ver, esta preocupação é actual e urgente.

No que respeita às relações com o judaísmo, tem havido alguns percalços: o levantamento da excomunhão do bispo negacionista Richard Williamson, “apenas 200 mil a 300 mil judeus morreram nos campos de concentração, mas nenhum nas câmaras de gás”, o processo de beatificação de Pio XII antes da abertura de todos os arquivos do Vaticano, a insistência na oração para que os judeus reconheçam em Jesus “o salvador de todos os homens”. Mas nada disto apaga o essencial: o compromisso de Bento XVI de repúdio “incondicional” do anti-semitismo e da negação do Holocausto por parte da Igreja, assim como o de avançar

Não sou católica, mas vejo com preocupação a fragilização de uma instituição que é um dos pilares daquilo a que execramos chamar de “civilização ocidental”

no caminho de João Paulo II nas relações católico-judaicas, compromisso assumido logo no início do seu mandato na sinagoga de Colónia e de novo reiterado várias vezes, a última das quais já em Janeiro deste ano na sinagoga de Roma.

O passado nunca se apaga, nem se esquece. Mas a memória não é ressentimento, não pode ser um obstáculo à reconciliação. Pelo contrário, e como referiu Bento XVI, “a lembrança do passado permanece para as duas comunidades como um imperativo moral e uma fonte de purificação dos nossos esforços de orar e trabalhar para a reconciliação...” Em 1986, João Paulo II foi o primeiro Papa a entrar numa sinagoga. É preciso ter alguma visão histórica para avaliar a profunda revolução operada nas últimas décadas nas relações judaico-cristãs. Apesar dos avanços e recuos inevitáveis.

Bento XVI e a Igreja atravessam actualmente um momento difícil, “a maior crise da Igreja Católica dos últimos 100 anos”, nas palavras de António Marujo. Não irei alongar-me sobre o que é, ou devia ser, óbvio: que a pedofilia é um crime hediondo e que praticado por pessoas da Igreja Católica ou de qualquer outra religião é ainda mais grave, tendo em conta a missão ética de que se reclamam e a confiança que, em princípio, nelas deposita a sociedade. Trata-se, pois, de um duplo crime que, independentemente da punição interna à instituição religiosa, tem de estar sujeito como qualquer outro à justiça civil. É, pois, perfeitamente legítima a revolta das vítimas, dos seus familiares e da sociedade de uma forma geral face às tentativas de ocultação do crime.

Em contrapartida, é abusivo condenar a Igreja no seu todo e centrar o alvo em Bento XVI. Para muito boa gente, esta é uma ocasião ideal para um ajuste de contas com a Igreja e com este Papa mal-amado, acusando-o

de ser responsável por esconder o crime, quando na realidade ele é o primeiro a denunciá-lo abertamente. É a política de culpar o mensageiro pela mensagem. Pressionado ou não pelas circunstâncias, o certo é que tem sido Bento XVI a reconhecer publicamente e a pedir perdão às vítimas e é neste seu pontificado que, em carta aberta aos sacerdotes de todo o mundo divulgada no dia do 5.º aniversário da sua eleição, o Vaticano reconhece que foram cometidos “horríveis e gravíssimos delitos de abusos sexuais contra menores... e que os culpados deverão responder perante Deus e perante os tribunais, também os civis”. Repito: o pedido de perdão não sara as feridas, nem apaga o mal feito. Mas é um passo essencial para uma mudança de comportamento. É ele que poderá permitir a separação do trigo e do joio.

António Marujo afirma que a Igreja Católica “tem de ser a primeira a reflectir o porquê dessa aversão (à Igreja) e a procurar as razões no seu interior”. Esta é de facto a questão essencial. Como judia, acho que há na história da Igreja muitas razões para essa aversão, mas também lhe reconheço, nas últimas décadas, uma capacidade autocrítica, sem igual nas outras religiões. O que me leva a pensar que as razões dessa aversão não se situam apenas no interior da instituição, mas também no seu exterior: no esvaziamento religioso do Ocidente europeu, na perda de referências e no relativismo cultural que levanamente contribui para debilitar paulatinamente o chamado (e bem) mundo livre. Goste-se ou não, a Igreja Católica é uma referência desse mundo.

Não sou católica, mas vejo com preocupação a fragilização de uma instituição que é um dos pilares daquilo a que execramos chamar de “civilização ocidental”. Porque não há vazios e o regresso da barbárie é sempre possível. *Investigadora em assuntos judaicos (esther.mucznik@netcab.pt)*

É arriscado escrever sobre estas coisas. Não estão na moda

Público, 20100402 José Manuel Fernandes

Não sou crente. Educado na fé católica, passei pelo ateísmo militante e hoje defino-me como agnóstico. Talvez não devesse, por isso, pôr-me a discutir os chamados "escândalos de pedofilia" na Igreja Católica. Até porque não sei se, como escreveu António Marujo neste jornal - no texto mais informado publicado sobre o tema em jornais portugueses -, estamos ou não perante "A maior crise da Igreja Católica dos últimos 100 anos".

Tendo porém a concordar com um outro agnóstico, Marcello Pera, filósofo e membro do Senado italiano, que escreveu no Corriere della Sera que se, sob o comunismo e o nazismo, "a destruição da religião comportou a destruição da razão", a guerra hoje aberta visa de novo a destruição da religião e isso "não significará o triunfo da razão laica, mas uma nova barbárie". Por isso acho importante contrariar muitas das ideias feitas que têm marcado um debate inquinado por muita informação errada ou manipulada.

Vale por isso a pena começar por tentar saber se o problema da pedofilia e dos abusos sexuais - um problema cuja gravidade ninguém contesta, ocorram num colégio católico, na Casa Pia ou na residência de um embaixador - tem uma incidência especial em instituições da Igreja Católica. Os dados disponíveis não indicam que tenha: de acordo com os dados recolhidos por Thomas Plante, professor nas universidades de Stanford e Santa Clara, a ocorrência de relações sexuais com menores de 18 anos entre o clero do sexo masculino é, em proporção, metade da registada entre os homens adultos. É mesmo assim um crime imenso, pois não deveria existir um só caso, mas permite perceber que o problema não só não é mais frequente nas instituições católicas, como até é menos comum. Tem é muito mais visibilidade ao atingir instituições católicas.

Uma segunda questão muito discutida é a de saber se existe uma relação entre o celibato e a ocorrência de abusos sexuais. Também aqui não só a evidência é a contrária - a esmagadora maioria dos abusos é praticada por familiares próximos das vítimas - como o tema do celibato é, antes do mais, um tema da Igreja e de quem o escolhe. Não existiu sempre como norma na Igreja de Roma e hoje esta aceita excepções (no clero do Oriente e entre os anglicanos convertidos). Pode ser que a norma mude um dia, mas provavelmente ninguém melhor do que o actual Papa para avaliar se esse momento é chegado - até porque talvez ninguém, no seio da Igreja Católica, tenha dedicado tanta atenção ao tema dos abusos sexuais e feito mudar tanta coisa como Bento XVI.

Se algo choca na forma como têm vindo a ser noticiados estes "escândalos" é o modo como, incluindo no New York Times, se tem procurado atingir o Papa. Não tenho espaço, nem é relevante para esta discussão, para explicar as múltiplas deturpações e/ou omissões que têm permitido dirigir as setas das críticas contra Bento XVI, mas não posso deixar de recordar o que ele, primeiro como cardeal Ratzinger e prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé, depois como sucessor de João Paulo II, já fez neste domínio.

Até ao final do século XX o Vaticano não tinha qualquer responsabilidade no julgamento e punição dos padres acusados de abusos sexuais (e não apenas de pedofilia). A partir de 2001, por influência de Ratzinger, o Papa João Paulo II assinou um decreto - Motu proprio Sacramentorum Sanctitatis Tutela - de acordo com o qual todos os casos detectados passaram a ter de ser comunicados à Congregação para a Doutrina da Fé. Ratzinger enfrentou então muitas oposições, pois passou a tratar de forma muito mais expedita casos que, de acordo com instruções datadas de 1962, exigiam processos muito morosos. A nova política da Congregação para a Doutrina da Fé passou a ser a de considerar que era mais importante agir rapidamente do que preservar os formalismos legais da Igreja, o que lhe permitiu encerrar administrativamente 60 por cento dos casos e adoptar uma linha de "tolerância zero".

Depois, mal foi eleito Papa, Bento XVI continuou a agir com rapidez e, entre as suas primeiras decisões, há que assinalar a tomada de medidas disciplinares contra dois altos responsáveis que, há décadas, as conseguiam iludir por terem "protectores" nas altas esferas do Vaticano. A seguir escolheu os Estados Unidos - um dos países onde os casos de abusos cometidos por padres haviam atingido maiores proporções - para uma das suas primeiras deslocações ao estrangeiro e, aí (tal como, depois, na Austrália), tornou-se no primeiro chefe da Igreja de Roma a receber pessoalmente vítimas de abusos sexuais. Nessa visita não evitou o tema e referiu-se-lhe cinco vezes nas suas diferentes orações e discursos.

Agora, na carta que escreveu aos cristãos irlandeses, não só não se limitou a pedir perdão, como definiu claramente o comportamento dos abusadores como "um crime" e não apenas como "um pecado", ao contrário do que alguns têm escrito por Portugal. Ao aceitar a resignação do máximo responsável pela Igreja da Irlanda também deu outro importante sinal: a dureza com que o antigo responsável pela Congregação para a Doutrina da Fé passou a tratar os abusadores tem agora correspondência na dureza com que o Papa trata a hierarquia que não soube tratar do problema e pôr cobro aos crimes.

De facto - e este aspecto é muito importante - a ocorrência destes casos de abusos sexuais obriga à tomada de medidas pelos diferentes episcopados. Quando isso acontece, a situação muda radicalmente. Nos Estados Unidos, país onde primeiro se conheceu a dimensão do problema, a Conferência de Dallas de 2002 adoptou uma "Carta para a Protecção de Menores de Abuso Sexual" que levaria à expulsão de 700 padres. No Reino Unido, na sequência do Relatório Nolan (2001), acabou-se de vez com a prática de tratar estes assuntos apenas no interior da Igreja, passando a ser obrigatório dar deles conta às autoridades judiciais. A partir de então, como notava esta semana, no The Times, William Rees-Mogg, a Igreja de Inglaterra e de Gales "optou pela reforma, pela abertura e pela perseguição dos abusadores em vez de persistir no segredo, na ocultação e na transferência de paróquia dos incriminados".

Bento XVI, que não despertou para este problema nas últimas semanas, não deverá precipitar decisões por causa desta polémica. No passado domingo, durante as cerimónias do Domingo de Ramos, pediu aos crentes para não se deixarem intimidar pelos "murmúrios da opinião dominante", e é natural que o tenha feito: se a Igreja tivesse deixado que a sua vida bimilenar fosse guiada pelo sentido volátil dos ventos há muito que teria desaparecido.

Ao mesmo tempo, como assinalava John L. Allen, jornalista do National Catholic Reporter, em coluna de opinião no New York Times, "para todos os que conhecem a experiência recente do Vaticano nesta matéria, Bento XVI não é parte do problema, antes poderá ser boa parte da solução".

Uma demonstração disso mesmo pode ser encontrada na sua primeira encíclica, Deus Caritas Est, de 25 de Dezembro de 2005, ano em que foi eleito. Boa parte dela ocupa-se da reconciliação, digamos assim, entre as concepções de "eros", o termo grego para êxtase sexual, e de "ágape", a palavra que o cristianismo adoptou para designar o amor entre homem e mulher. Se, como referia António Marujo na sua análise, o teólogo Hans Küng considera que existe uma "relação crispada" entre catolicismo e sexualidade, essa encíclica, ao recuperar o valor do "eros", mostra que Bento XVI conhece o mundo que pisa.

Por isso eu, que nem sou crente, fui informar-me sobre os casos e sobre a doutrina e escrevi este texto que, nos dias inflamados que correm, se arrisca a atrair muita pedrada. Ela que venha.

Crime, pecado e cruz



**MARIA JOSÉ
NOGUEIRA PINTO**
Jurista

Os actos de pedofilia praticados por sacerdotes constituem um facto de extrema gravidade numa dupla dimensão.

Sendo uma delas puramente humana, é compreensível que tais factos sejam objecto de uma discussão pública, enquanto crimes hediondos que jamais deveriam ficar sem castigo. Sem prejuízo das responsabilidades individuais apuradas, a Igreja, como organização hierarquizada que é, assume, aqui, uma responsabilidade institucional.

Mas, nesta dimensão que não questiono, espanta-me ver, pela primeira vez, um premeditado efeito de contaminação como se, subitamente, todos os sacerdotes fossem pedófilos ou potenciais pedófilos, como se qualquer benefício da dúvida ou presunção de inocência devesse ser recusada. É certo que os crimes, e este em particular, são graves *de per si* independentemente da sua frequência ou reincidência. Mas, comparando o número de mulheres e homens que no seio da Igreja abraçaram vocações religiosas e dedicam a sua vida, nos quatro cantos do mundo, ao trabalho pelos outros

– muitas vezes em substituição dos poderes temporais, na satisfação das necessidades mais básicas daqueles que nada ou quase nada têm – com o número de sacerdotes que cometeram actos de pedofilia, apercebemo-nos de que este efeito de contaminação tem razões que vão muito além daquilo que está em discussão. São os sinais de um já habitual anticlericalismo militante prosseguido por aqueles que, não acreditando em nada, pretendem que os que acre-

ditam se sintam marginalizados e estigmatizados.

Bento XVI assumiu o escândalo, na sua extensão e gravidade, sem nenhuma hesitação. A Igreja sabe, melhor do que qualquer outra instituição, que não pode ser ocultadora nem de crimes nem de pecados. A Igreja sabe que as piores ameaças à sua integridade são aquelas que se geram no seu interior, porque ela não é apenas um corpo hierarquizado, é um Corpo Místico, e nessa medida um corpo

dual: Cidade de Deus peregrina na Cidade dos Homens, ela é santa e pecadora.

E esta é a outra dimensão. O que não significa que o juízo deva, ou possa, ser mais brando. Pelo contrário, a pedofilia é um pecado gravíssimo e sê-lo-á sempre sejam quais forem as leis dos homens: no atentado ao pudor e na irremediável

“
A Igreja sabe que
não pode ser
ocultadora nem
de crimes nem
de pecados”

humilhação do mais fraco e indefeso, no abuso do poder e no triunfo do mal. Significa, sim, um claro conhecimento do mal como corolário do claro conhecimento do bem. Ao contrário da moral laica que caminha acelerada-

mente para um relativismo neutralizante da própria consciência social, a Igreja não pode vacilar nesta distinção.

Quando Cristo chamou Pedro para fundar a sua Igreja já sabia que ele o iria negar três vezes, dominado pelo medo e pela covardia, precisamente naquelas horas trágicas que precederam a Sua crucificação e morte. Esta Igreja, feita por homens, assumiu desde o primeiro momento a própria condição humana, as suas contradições e a permanente dialéctica entre o bem e o mal. Ao longo de dois mil anos, apesar de muitos erros, de muitos momentos sombrios, cresceu, espalhou-se pelo mundo, levou a Boa Nova, evangelizou, cuidou dos mais fracos e dos mais pobres, enfrentou os poderes deste mundo, fortaleceu-se quando perseguida e condenada ao silêncio, deixou correr o seu sangue na defesa da verdade. É este o sentido da redenção.

Porque a Igreja é tudo isto, neste ano de 2010, Ano Sacerdotal, cabe-nos intensificar, com renovada humildade, esta prece tão necessária: “Senhor, vós lhes confiastes uma missão: que as vossas virtudes vivam neles e que perante todos se apresentem como vossas testemunhas.”



“Bento XVI assumiu o escândalo, na sua extensão e gravidade, sem nenhuma hesitação”

TONY GENTILE/REUTERS

Abusos na Igreja

“New York Times” baseou-se em tradução automática para acusar Bento XVI

» Filipe d’Avillez

O documento utilizado pelo jornal “New York Times” para ligar o actual Papa e o Cardeal Bertone a um caso de abusos sexuais, nos EUA, é uma tradução feita *online*, com erros e omissões que alteram o sentido do original. O caso vem divulgado em vários jornais católicos.

Ao longo das últimas semanas, numa série de artigos, editoriais e textos de opinião, o “New York Times” procurou imputar ao Vaticano, e nomeadamente ao então Cardeal Ratzinger, a responsabilidade de ter tentado encobrir um caso de abusos na diocese de Milwaukee, nos Estados Unidos.

O jornal baseou-se em documentação cedida por advogados das vítimas do Padre Murphy, que é acusado de ter abusado sexualmente de centenas de jovens numa escola para surdos do qual era director, durante cerca de duas décadas, até 1974. O caso só foi remetido à Congregação para a Doutrina da Fé (CDF) em 1996 e o sacerdote em causa morreu em 1998, sem que fosse iniciado um processo canónico.

Inicialmente, o “New York Times” procurou responsabilizar o então prefeito da CDF, Cardeal Ratzinger, por pressões no sentido de não se avançar com um processo e lidar com o assunto em segredo.

Há dias, e com base na mesma documentação, o jornal alemão “Die Zeit” chegou a uma conclusão diferente, sublinhando o facto do nome de Ratzinger não aparecer em qualquer documento, e de não haver nenhuma indicação de que tivesse estado presente nas reuniões que decorreram no Vaticano sobre este caso, apontando o dedo ao então secretário da CDF, Cardeal Bertone.

Tradução feita no Yahoo

Contudo, um dos documentos chave que os jornais utilizam, e que o “New York Times” reproduz no seu *site*, é uma tradução automática das minutas de uma reunião no Vaticano entre representantes da CDF, chefiados por Bertone, e uma delegação da diocese de Milwaukee.

A tradução foi enviada pelo procurador judicial do caso do Padre Murphy, em Milwaukee, ao seu Bispo. Na nota que acompanha o documento, também reproduzida pelo “New York Times”, o Padre Brundage explica que se trata de uma tradução “muito grosseira”, feita apenas para auxiliar a compreensão do original “para aqueles entre nós que não falam italiano”, e que não detecta “as sutilezas do direito canónico”.

Aparentemente o jornal nunca encomendou uma tradução profissional das minutas, baseando-se na dita tradução grosseira. Daí decorreram uma série de erros de interpretação que, sustentando, de facto, algumas das acusações que o jornal faz à CDF, contrariam uma leitura real do documento original. A primeira pessoa a detectá-lo foi Lori Pieper, uma tradutora profissional que se deu conta das discrepâncias ao analisar a documentação que o jornal disponibiliza no seu *site*: <http://documents.nytimes.com/reverend-lawrence-c-murphy-abuse-case?ref=europe#document/p69>.

Lori produziu, então, uma tradução profissional e fiel

ao original, que remeteu para o jornalista Jimmy Akin, do jornal norte-americano “National Catholic Register”, antes de escrever sobre o assunto no seu blogue pessoal (<http://subcreators.com/blog/2010/04/01/what-really-happened-at-the-cdf/>).

Akin escreveu um artigo extenso (http://www.ncregister.com/blog/smoking_gun_memo_in_murphy_paedophilia_case/) sobre o assunto que, entretanto, foi analisado também no “Catholic News Agency” (http://www.catholicnewsagency.com/news/ny_times_ap_criticism_of_pope_based_off_mistranslated_vatican_memo/).

Assim, e ao contrário do que diz o “New York Times”, a CDF em nenhuma altura pôe de parte a possibilidade de avançar com um processo canónico que possa resultar na laicização do Padre Murphy. Contudo, o Cardeal Bertone chama atenção para as tremendas dificuldades que haverá para concluir tal processo, tendo em conta o tempo que tinha passado desde os crimes em si, e as dificuldades inerentes à recolha de provas.

Torna-se claro, ainda, que o caso chegou à CDF não por envolver abusos sexuais, que antes de 2001 não estavam sob a alçada deste dicastério, mas por envolver solicitações no confessional, uma violação da dignidade dos sacramentos que, essa sim, devia ser tratada na CDF. A natureza desses crimes levantava uma dificuldade acrescida, avisa Bertone, uma vez que o Padre Murphy estaria impedido de fazer a sua defesa, estando impedido pelo direito canónico de violar o segredo do confessional sob pena de excomunhão automática.

Sentido, não segredo

Longe de procurar encobrir o caso, o Cardeal Bertone mostra-se chocado pelo facto da diocese ter deixado passar tanto tempo desde que foi alertado para os factos, em 1974, até contactar a CDF. Lamenta, ainda, o facto de, na altura das primeiras queixas contra o Padre Murphy, a diocese não ter mantido registos dos procedimentos, outra falha que dificulta em muito um eventual processo.

Apesar de não recomendar, sem contudo proibir, um processo canónico, Bertone diz que os Bispos se devem assegurar que o Padre Murphy não volte a ter qualquer contacto com a comunidade surda, e que apenas celebre sacramentos com autorização por escrito do Bispo. Recomenda, ainda, que o Padre Murphy seja acompanhado e obrigado a fazer um retiro até mostrar genuíno arrependimento pelos seus crimes. Caso não o faça, ou caso viole qualquer das limitações pastorais que lhe foram impostas, deve-se avançar com um novo caso, independentemente da idade e estado de saúde débil do acusado.

Outro erro grosseiro na versão utilizada pelo jornal é a tradução do termo “no sentido estrito” para “em sentido segredo”, dando ideia de que a CDF estaria a recomendar segredo na abordagem do caso quando, na verdade, se aludia a uma norma do direito canónico, de que as leis que acarretam penas efectivas devem ser interpretadas no sentido mais estrito.

Exorcizar o Mal

i, 7/4/2010

O entusiasmo anticatólico corrente é uma forma de exorcizar o Mal. Mas escolher bodes expiatórios não é aceitável



Paulo Tunhas

Há dias, interrogado sobre a questão da pedofilia na Igreja, D. Januário Torgal Ferreira, bispo das Forças Armadas, censuro vivamente o encobrimento da coisa por algum clero (nomeadamente o americano) e declarou que, se soubesse de algum caso semelhante em Portugal – não sabia, mas se soubesse –, não hesitaria em denunciá-lo. Não duvido um só instante da veracidade das palavras de D. Januário nem da justeza dos seus sentimentos na matéria. Mas o que ele disse põe o dedo num ponto importante.

É que, como é óbvio, há certamente casos de pedofilia entre padres portugueses – como há entre engenheiros, professores, lavradores, jornalistas e carteiros –, mas a grande maioria escapa à atenção das instâncias supe-

riores da Igreja, como escapou à de D. Januário. Não custa imaginar que o que vale para Portugal valha para o mundo em geral. Claro que o encobrimento do que se sabe é, além de censurável, criminoso. Mas, como Vasco Pulido Valente no outro dia notou, a Igreja, que tem certamente culpas distribuídas por vários cartórios, vem até manifestando, com Bento XVI, uma inusitada disponibilidade para admitir o facto e para o tornar público.

Dito isto, há dois pressupostos na base do argumentário desenvolvido por estes dias. O primeiro é que o Vaticano tem um conhecimento próximo do absoluto das acções de todos os membros da Igreja. O segundo é que a situação dos padres não só inclina à pedofilia, como quase a estimula. Com base nisto, e com mais alguns pozinhos, não é difícil extrair a imagem de uma Igreja que, como um todo, é agente militante do crime e que por esse crime praticamente se define. Esta conclusão, que deve habitar, por exemplo, a cabeça de Saramago, e que é legível no rosto e nas palavras de muitos mani-

festantes que se vêem na televisão, é evidentemente absurda.

Não só ambos os pressupostos necessitam de tantas cláusulas para ser eventualmente aceites que nessas cláusulas fatalmente se dissolvem, mas além disso, tomando como ponto de partida a muito legítima censura de um crime, a conclusão só pode ser obtida com a ajuda de um entusiasmo anticatólico que escapa por inteiro à racionalidade. E a irracionalidade não é nunca de aplaudir. É mais louvável reconhecer, como Platão, que “existe em cada um de nós uma espécie de desejo terrível, selvagem e sem leis, mesmo nos poucos de entre nós que parecem ser comedidos”, e que “é nos sonhos que o facto se torna evidente”. Em todos nós: não apenas na Santa Igreja Católica Apostólica Romana. E exigir a condenação daqueles que se comportam acordados como se comportam em sonho. Mas escolher bodes expiatórios para exorcizar o Mal não é aceitável.

*Professor do Departamento de Filosofia da Universidade do Porto
Escreve à quarta-feira*



A Igreja tem mostrado disponibilidade para discutir os casos de pedofilia ALESSANDRO BIANCHI/REUTERS

“É imperioso concertar e aprofundar a estratégia de promoção do clus dos vinhos de Portugal nos mercados externos, única forma de rentabilizar os produtores nacionais que têm alta qualidade e na criatividade para corresponder às orientações do estudo Porter.

JOÃO CORRÊA

ENÓLOGO-CHEFE DA COMPANHIA DAS



COLECCIONÁVEL PORTUGAL DE VERDADE TODAS AS QUARTAS-FEIRA

Excepcionalmente, as duas páginas de colecção Portugal de Verdade serão não hoje mas na edição de quinta-feira.

iCORRIGE

No guia origami de petiscos no Algarve, na edição do fim-de-semana passado, as informações de dois restaurantes estão incorrectas. Zavial fica na praia com o mesmo nome, concelho de Vila do Bispo, perto de Sagres de terça a domingo das 10h às 22h e o número de reservas é o 282 639 282. O preço médio é de 15 euros. O restaurante Casa Fernanda, ao qual foi publicado, fica em Corte António de Vila Nova de Cacela, em Tavira. Funciona de terça, das 10h às 23h30, o preço médio é de 12 euros e aceita reservas pelo 281 951 770.

Por lapso, no artigo de ontem da página Bauer: como se destrói o último herói a na respectiva chamada de capa, foi referida a série “24” estreava hoje em Portugal (na verdade também passa na República, às 22h40). Pelo erro, as nossas de

Conselho de administração: Francisco Rebelo dos Santos, Sofia Gil, Martim Avilez Figueiredo, Pedro Costa
Principal accionista: Sojormedia Capital, SA (detentor do 50% da capital)
Sede: Rua D. Carlos I, n.º 2, 2415-405 Leiria

Redacção: Tel.: 210 434 000, Fax: 210 434 011, Email: i@online.pt
Publicidade: Tel.: 210 434 079, Fax: 210 434 011, Email: comercial@sojormedia.pt
Assinaturas: Pedro Lacerda; Tel.: 210 434 015
Delegação Porto: Praça Coronel Pacheco, 33, 4050-453 Porto, Tel.: 222 025 036, Email: geral@grandeporcionline.pt
Propriedade/Editora: Sojormedia Capital, SA
Contribuinte: 508 707 730, CRC Leiria, sob o número 508 707 730
Impressão: Imprejournal, Av. Inf. D. Henrique, 334, 1800-224 Lisboa
Tragem média: 35 248 exemplares, Registo ERC 125 624, Depósito Legal 147 874/2002

A coragem de Bento XVI

Encontro-me entre aqueles que admiram muito e gostam do actual Papa Bento XVI. No que escreve, no que diz, nos seus gestos encontramos sempre um intelectual, uma resposta culta, uma busca do racional num homem profundamente crente e, sobretudo, vemo-lo entrar certo nas grandes questões ideológicas que atravessam um mundo global. Nunca é um Papa acomodado à varanda de São Pedro, olhando apenas os que vão ao seu encontro. Bento XVI é inquieto, tem a inquietude do grande teólogo, do homem culto que sabe que a Igreja Católica precisa de estar virada para as questões que atravessam as sociedades cultas, e não pode divorciar-se das elites europeias e norte-americanas.

Bento XVI, ao longo da sua vida, nunca se furtou a polémicas, a debates, ao confronto. Enquanto teólogo, enquanto académico e, agora, como Papa não podia mudar. Logo no início do seu papado, tornou claro que a Igreja é universal mas que a grande necessidade de evangelizar estava nos dias de hoje nas sociedades mais intelectualmente desenvolvidas (na Europa e nos Estados Unidos) sob pena de continuar a afastar-se das elites e se acantonar, o que não seria pouco, nos pobres e no socorro da miséria de vida do mundo subdesenvolvido.

Fê-lo ao longo da vida e continua a fazê-lo hoje. Nenhum dos seus escritos que eu tenha lido são fáceis de ler e se tornam no panfleto de propaganda da fé. Foi sempre assim. Desde o seu primeiro livro Introdução ao Cristianismo enquanto jovem teólogo, passando pelo Catecismo da Igreja Católica de que foi um dos redactores principais, até ao seu livro Jesus de Nazaré, nunca se encontra uma linha ou palavra que simplifique a leitura e facilite a vida de quem lê.

Corajoso, racional, didáctico, filósofo, crente profundo na tradição do melhor que a Alemanha sempre produziu, transmite a sensação de que não quer ver a sua Igreja acantonada às paredes do templo. É uma linha inquieta, perturbadora, muitas vezes surpreendente, que leva a que nestes cinco anos não deixe de ser notícia. Foi assim em Ratisbona, no seu célebre discurso universitário, ou em Paris quando falou aos académicos, foi assim no debate de fé e razão, foi assim no que escreveu e proporcionou que se escrevesse a propósito de evolucionismo e criacionismo, ou na Encíclica a Caridade na Verdade em que actualiza a Doutrina Social da Igreja ao séc. XXI, à globalização.

Assim se entende que um Papa como Bento XVI não possa deixar de enfrentar com a mesma coragem e lucidez, problemas que se arrastam tristemente na sua casa, na Igreja Católica. Sou dos que consideram a pedofilia um crime hediondo contra crianças indefesas. Um crime sem perdão, sem desculpa. Horroriza-me a tese de que a pedofilia seja uma doença e que os pedófilos sejam assim encarados como doentes. Doentes são gente sem culpa e sem liberdade. Só a culpa torna as pessoas livres. Só há pecado, se eu for livre de pecar. Um doente não é livre. Horrorizou-me sempre a ideia de que um rico quando rouba é um cleptómano e um pobre é um ladrão... Não tenho nenhuma condescendência para com quem destrói a vida de uma criança servindo-se do seu poder de professor, de padre, ou de pai.

Bento XVI, como sempre fez na sua vida, não podia deixar que pairassem sobre a Igreja casos de criminosos que, varridos para debaixo da tapete, deixavam pairar a suspeição sobre todos. Nada há pior para minar uma instituição do que a generalização da insinuação, da suspeição. Em Boston ou na Irlanda não podem pairar sobre a Igreja Católica dúvidas, nem desculpas, nem insinuações que se colam a todos, pela falta de coragem de agir. Não podem os criminosos ficar debaixo dos tapetes e as vítimas silenciadas pelo tempo que não apaga um crime destes. É isso que o Papa corajosamente tem dito, escrito e feito.



Patrocínio

Independentemente do número, Ratzinger não podia deixar de encarar esta questão nem que tivesse apenas a dimensão de uma paróquia, sob pena de permitir que continuassem a minar a credibilidade da Igreja e a suspeição sobre todo aquele que veste uma batina. Para já não falar no perigo de deixar quebrar a confiança dos pais que levam os seus filhos à catequese ou os matriculam nos colégios católicos que em todo o mundo têm marca de competência e qualidade. Foi isso que escreveu em palavras certeiras e precisas aos católicos irlandeses.

publicado a 2010-04-04 às 00:00

Para mais detalhes consulte:

http://www.jn.pt/Opiniao/default.aspx?content_id=1535489&opinioao=Zita%20Seabra

GRUPO CONTROLINVESTE

Copyright © - Todos os direitos reservados